



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 262/2021

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes nº 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, **DGT TECNOLOGIA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.482.498/0001-44, com sede na Rua Visconde de São Leopoldo nº 413, Bairro Vila Rosa, CEP 93.315-070, Novo Hamburgo/RS, neste ato representado por seu representante legal, Lucas Sabino Arruda, CPF 831585020-20, CI 4081259246 SJS/RS, brasileiro, casado pela comunhão parcial, empresário, residente e domiciliado na Rua Marechal Câmara nº 10, Bairro Ideal, CEP 93336-220, Novo Hamburgo/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CONTRATADA, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato visa para contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, atualização tecnológica em sistema de videomonitoramento, incluindo fornecimento de mão de obra (serviço) e peças de reposição (materiais e equipamentos) para as centrais, pontos de videomonitoramento e cercamento eletrônico, conforme edital de Pregão Eletrônico 72/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global máximo mensal da prestação dos serviços do objeto do presente contrato é de **R\$ 35.353,00**, (Trinta e Cinco Mil, Trezentos e Cinquenta e Três Reais) sendo o Valor Total Máximo no Quantitativo de 12 Meses é de R\$ 424.236,00 (Quatrocentos e Vinte Quatro Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais).

Lote	Item	Qtde	Un	Cód.	Descrição	Valor Unit.
01	01	12	mês	64158	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 23 PONTOS DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO E FIBRA ÓPTICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	R\$ 16.200,00
01	02	12	mês	64159	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 3 PONTOS DE CERCAMENTO ELETRÔNICO (COLETA DE IMAGENS DE PASSAGENS VEICULARES PARA CAPTURA E RECONHECIMENTO DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, REMESSA AO BANCO DE DADOS E RETORNO DE INFORMAÇÕES À BASE DE ANÁLISE NA CENTRAL DE MONITORAMENTO) E A INSTALAÇÃO DE MAIS 3 CÂMERAS	R\$ 13.555,00



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

					OCRS IDSTCM203-A, SENDO UMA EM CADA PONTO JÁ EXISTENTE, PORÉM, NO SENTIDO CONTRÁRIO AS EXISTENTES. (INCLUINDO A PREVISÃO DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS TAMBÉM DAS 3 NOVAS CÂMERAS)	
01	03	12	mês	64160	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	R\$ 3.030,00
01	04	12	mês	64161	FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE ESPELHAMENTO DE IMAGENS NA SALA DE OPERAÇÕES DO 4º BPM NA CIDADE DE PELOTAS, FORNECENDO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE IMAGENS COMPATÍVEL PARA TODA A SOLUÇÃO EXISTENTE, BEM COMO QUANTO O CUSTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E NOVOS EQUIPAMENTOS QUE POSSAM SER NECESSÁRIOS NO PERÍODO CONTRATUAL	R\$ 2.568,00
Valor global máximo mensal R\$ 35.353,00						
VALOR TOTAL 12 MESES R\$ 424.236,00						

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCALIZAÇÃO DAS CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO PROJETADAS POR ENDEREÇO

3.1 Os locais onde as câmeras estão instaladas seguem descritos abaixo:

01 – Rua Manoel P. da Fonseca x Rua Manoel Dias dos Santos (Dome)

02 - Rua Conrado Ernani Bento x Rua Fernando Ferrari (Dome)

03 - Rua Abílio Braga x Av. 20 de Setembro (Dome)

04 - Rua Imigrantes x Rua Vereador Guido Otto (Fixa)

05 - Rua General Osório x Av. 20 de Setembro (Dome)

06 - Rua Conselheiro Brusque x Rua Alberto Pasqualine (Fixa)

07 - Rua Conselheiro Brusque x Rua Alberto Pasqualine (Fixa)

08 - Rua Silveira Martins x Rua Firmina de Matos Silveira (Dome)

09 - Rua João de Deus Nunes x Rua Getúlio Vargas (Fixa)

10 - Rua Getúlio Vargas x Rua 17 de Dezembro (Fixa)

11 - Rua General Osório x Rua General Hipólito Ribeiro (Fixa)

12 - Rua General Câmara x Rua André Puente (Dome)

* Câmera original conforme descrição do projeto técnico já substituída por nova câmera (INTELBRAS 7237 NOVA (BACKUP)) pelo contrato atual (nº51/2021) devido a incapacidade de funcionamento devendo se necessário substituição ser por de resolução igual ou superior a atualmente alocada.

13 - Rua Júlio de Castilhos x Rua Maria da Conceição M Bento

* Câmera original conforme descrição do projeto técnico já substituída por nova câmera (INTELBRAS 7237 NOVA (BACKUP)) pelo contrato atual (nº51/2021) devido a incapacidade de funcionamento devendo se necessário substituição ser por de resolução igual ou superior a atualmente alocada. (Dome)

14 - Rua Getúlio Vargas x Rua Maria da Conceição M Bento



* Câmera original conforme descrição do projeto técnico já substituída por nova câmera (INTELBRAS 7237 NOVA (BACKUP)) pelo contrato atual (nº51/2021) devido a incapacidade de funcionamento devendo se necessário substituição ser por de resolução igual ou superior a atualmente alocada. (Dome)

15 - Rua Coronel Genes Bento x Rua Duque de Caxias (Dome)

16 - Rua Lindolfo Otto Ernest Sten Hackbart x Rua Getúlio Vargas (Dome)

17 - Rua João Goulart x Estrada das Pedras (Dome)

18 - Av. 7 de Setembro x Rua General Osório (Dome)

19 - Av. 7 de Abril x Rua João Goulart (Dome)

20 - Estrada do Ibra (Fixa)

21 - Torre (rádio) (Dome) * Câmera original conforme descrição do projeto técnico já substituída por nova câmera (INTELBRAS 7237 NOVA (BACKUP)) pelo contrato atual (nº51/2021) devido a incapacidade de funcionamento devendo se necessário substituição ser por de resolução igual ou superior a atualmente alocada.

22 - Rua Ady Teixeira da Silva (final) (Dome)

23 - Rua General Osório x Rua Cel. Genes Bento (Dome)

24 - Rua João Goulart (acesso BR 392) (OCR iDS- TCM203-A - câmera nova instalada pelo contrato nº 51/2021)

25 - Rua General Osório (acesso Av. 7 Setembro) (OCR iDS- TCM203-A - câmera nova instalada pelo contrato nº 51/2021)

26 - Rua Manoel Pompílio da Fonseca (acesso RS 265) (OCR iDS- TCM203-A câmera nova instalada pelo contrato nº 51/2021)

Central de Monitoramento localizada na – Rua Glicério Boaventura, nº 64 (Brigada Militar)

Ponto de monitoramento espelhado no Centro Administrativo da Prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, 240.

Ponto de espelhamento das imagens no Batalhão da Brigada Militar de Pelotas/RS.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termos aditivos por até 60 meses, conforme a lei nº 8.666/93. O prazo será contado a partir da data de 28 de Novembro de 2021. Sendo que o prazo de conclusão dos seguintes itens deverá ser os que seguem. Os demais itens não citados, serão com execução permanente, não se enquadrando assim, com exigência de prazo de conclusão.

4.1.1 Item 2- Manutenção preventiva e corretiva de 3 pontos de Cercamento Eletrônico e atua(coleta de imagens de passagens veiculares para captura e reconhecimento das placas de identificação, remessa ao banco de dados e retorno de informações à base de análise na central de monitoramento) e a instalação de mais 3 câmeras OCRs sendo uma em cada ponto já existente, porém, no sentido contrário as existentes. (incluindo a previsão de manutenção e substituição de equipamentos e materiais também das 3 novas câmeras). PRAZO MÁXIMO DE CONCLUSÃO DO FUNCIONAMENTO: 90 DIAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PERMANENTE

4.1.2 Item 4- Fornecimento de solução completa de espelhamento de imagens na Sala de Operações do 4º BPM na cidade de Pelotas, fornecendo software de gerenciamento de imagens compatível para toda a solução existente, bem como quanto o custo de manutenção preventiva e corretiva e novos equipamentos que possa ser necessário no período contratual. PRAZO MÁXIMO DE CONCLUSÃO DO FUNCIONAMENTO: 90 DIAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PERMANENTE.

4.1.3 Sendo a empresa ganhadora do processo licitatório, a mesma que presta manutenção atualmente (contrato nº 51/2021), poderá desconsiderar os prazos estipulados acima e deverá manter em funcionamento o objeto do contrato (todos os itens da descrição do objeto de forma permanente).

4.1.4 Sendo outra empresa, esta deverá atender aos prazos de execução propostos.

CLÁUSULA QUINTA – DO SISTEMA DE CERCAMENTO ELETRÔNICO

5.1 A contratada deverá fornecer e instalar 3(três) câmeras de cercamento eletrônico compatíveis com o sistema já existente e compatíveis com o projeto técnico, devendo considerar que as câmeras OCRs hoje instaladas pelo contrato nº 51/2021, foram substituídas por modelo diferente do projeto técnico original, devido a necessidade de serem compatíveis com o sistema do Estado, sendo instaladas as de modelo iDSTCM203-A. As 3 câmeras novas a serem



instalados por este item deverão ser do mesmo modelo ou similar e estar em acordo com o sistema. A instalação será de modo a ampliar a captura de imagens pelas câmeras OCRs em mais ângulos, distribuídas nos 3 pontos já existentes no parque, somente sendo a instalação em sentido contrário e realizar o envio e homologação junto ao sistema ONE das imagens das 6 câmeras (três já instaladas e três a serem instaladas). Prevendo ainda a contratada, que deverá manter a manutenção preventiva e corretiva, inclusive se necessário for, com substituição de equipamentos, os quais deverão ser compatíveis com o sistema existente e de qualidade igual ou superior aos atuais.

5.2 Quando há a passagem de algum veículo por um dos pontos de coleta, o sistema registra este fato, analisa a imagem, faz o reconhecimento da placa e envia, em tempo real, essas informações para um Servidor na PROCERGS através do sistema ONE (Operador Nacional dos Estados), este, por sua vez, submete a placa lida a Base de Dados de Veículos Irregulares do DETRAN, onde constam todos os veículos do Estado que não podem circular, inclusive os furtados e roubados. Uma vez constatado que se trata de um veículo irregular, o sistema enviará um alerta através do sistema de Controle e Monitoramento de Veículos (CMV) para as Salas de Comando e Controle mais próximas, para que estas tomem as providências possíveis. Cada município que já possua um sistema próprio poderá integrar o sistema através de adesão ao SIM/RS. Cabendo a contratada, realizar a tramitação necessária para que seja efetivado o envio e homologação junto ao sistema ONE.

5.3 Sendo a empresa ganhadora do processo licitatório, a mesma que presta manutenção atualmente (contrato nº 51/2021), deverá a mesma desconsiderar a instalação das 3 novas câmeras pois as mesmas já foram instaladas pelo contrato atual, somente deverá manter o sistema de CMV em funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva e substituição de equipamentos necessários.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

6.1 O escopo da prestação de serviços descritos abaixo, todos os equipamentos existentes no parque de videomonitoramento da Prefeitura Municipal de Canguçu - RS, ou seja, os serviços deverão ser prestados levando-se em consideração todos os equipamentos existentes nos pontos de videomonitoramento e nas centrais de videomonitoramento.

6.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva consistem em serviços de correção de eventuais defeitos de instalação e/ou operação para todos os equipamentos e sistemas instalados (Software), devendo atender as especificações e padrões apresentados a seguir, entendendo-se por Manutenção Corretiva - aquela destinada a remover os eventuais defeitos de funcionamento apresentados nos equipamentos, mediante chamado a CONTRATADA, compreendendo serviços de manutenção e/ou substituição e/ou reposição de peças desgastadas e/ou danificadas por originais do fabricante e, ainda, quando for considerado necessário serviço de lubrificação, limpeza, regulagem, ajuste e pequenos reparos colocando-os em perfeitas condições de uso.

6.3 Para cada atendimento preventivo ou corretivo, a contratada deverá apresentar uma ordem de serviço.

6.4 A Contratada deverá manter um banco de dados contendo todas as informações das ordens de serviço.

6.5 A Contratada deverá apresentar, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, Relatório de Desempenho da Manutenção no Período contendo:

- a) Total de chamados corretivos;
- b) Números das ordens de serviço com os respectivos protocolos;
- c) Descrição sucinta do serviço;
- d) Data do atendimento corretivo;
- e) Data de conclusão do serviço de corretiva;
- f) Data do atendimento das preventivas.

6.5.1 O relatório mencionado deverá ser entregue via protocolo eletrônico através do site: www.cangucu.rs.gov.br, aba "cidadão protocolo eletrônico".

6.6 A empresa deverá prever em sua proposta a realização de todos os serviços inerentes à manutenção, de acordo com o especificado neste edital e demais anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA



7.1 A Manutenção Preventiva compreende a manutenção para o bom estado de conservação dos equipamentos e componentes, devendo observar, minimamente:

- a) Substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento dos equipamentos.
- b) Modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos.
- c) Limpeza;
- d) Regulagem;
- e) Inspeção e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo o sistema interno e externo entre outras ações que garantam a operacionalização de todo o sistema de vigilância eletrônico.

7.2 Esses procedimentos são realizados mensalmente de acordo com um cronograma previamente definido pela contratada.

7.3 A manutenção preventiva do sistema deverá ser realizada de forma periódica, com a realização de, no mínimo, uma visita mensal.

7.4 No relatório de visita das manutenções, a contratada deverá indicar o número da Ordem de Serviço correspondente a cada intervenção programada para cada equipamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

8.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, drivers e outros componentes de software ou hardware que sejam disponibilizados pelo fabricante dos equipamentos.

8.2 Compreende:

- a) A substituição de peças;
- b) Ajustes nos equipamentos ou outros componentes;
- c) Atualização de versões de drivers, e outros componentes de software disponibilizados pelo fabricante;
- d) Outras correções necessárias.

8.3 A manutenção corretiva deverá ser prestada em toda a rede física e equipamentos associados (incluindo rede de fibras ópticas) bem como atualização de Software e drivers, por chamada técnica, aviso, pela Contratada ou Brigada Militar (usuária do sistema).

8.4 Os equipamentos defeituosos deverão ser reparados, preferencialmente, no local (on-site) onde estão instalados, ou seja, a contratada deverá atender e efetuar os serviços de manutenção preventiva e corretiva onde os sistemas estão funcionando.

8.5 Caso se mostre necessário, em função da complexidade dos serviços, e com a autorização prévia da Prefeitura Municipal de Canguçu - RS, a contratada poderá transportar o(s) sistema(s) ou equipamento(s) ou partes do(s) sistema para oficina especializada, onde serão efetuados os serviços necessários para solução dos defeitos apresentados e de imediato, deverá ser providenciado equipamento sobressalente para substituir o que foi retirado, se assim entender a comissão técnica ou um de seus membros, devendo ser justificado tal ato.

8.6 As despesas com transporte ou envio de qualquer equipamento ou componente correrão por conta da Contratada.

8.7 Após a manutenção necessária, o equipamento defeituoso que fora substituído por outro deverá ser devolvido à Prefeitura Municipal de Canguçu- RS, pois é parte dos Bens Patrimoniais desta Prefeitura.

8.8 Caso os equipamentos ou componentes venham a sofrer baixa total, estes deverão ser repassados ao Fiscal do contrato.

8.9 A Contratada assumirá toda a responsabilidade e custos de ressarcimento por quaisquer danos, avarias, roubo ou furto que possam ocorrer aos equipamentos pela retirada para manutenção em oficina especializada e durante o seu transporte (ida e volta).

8.10 Em caso do envio de equipamento(s) para oficina especializada, nas condições previstas pelos itens anteriores, o prazo de solução é de 30 (trinta) dias, a partir da retirada do(s) equipamento(s).

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE BACKUP

9.1 O fornecimento de peças, equipamentos, materiais e demais componentes será destinado à realização de manutenção dos pontos de videomonitoramento (substituição aos danificados), remanejamento e instalação de novos pontos, da rede de transmissão, dos equipamentos de videomonitoramento, bem como de toda a infraestrutura necessária para o



pleno funcionamento do sistema de videomonitoramento da Prefeitura Municipal de Canguçu – RS.

9.2 Entende-se por materiais, peças e/ou componentes de reposição aqueles que atendem aos seguintes critérios: desgaste por uso continuado, simplicidade de substituição e necessidade de imediata reposição, sob risco de paralisação de sistema.

9.3 Entende-se por materiais de consumo os necessários à realização das manutenções preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento, os recomendados pelo fabricante e outros listados no edital e demais anexos.

9.4 A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo e de reposição necessários à limpeza e à conservação dos equipamentos, cuja manutenção seja objeto desta contratação.

9.5 A Contratada deverá fornecer peças, materiais, acessórios e equipamentos novos, sem uso, com garantia e assistência técnica em território nacional, os produtos deverão ser originais, isto é, homologados pelos fabricantes.

9.6 Para todos os equipamentos, peças e materiais deverão ser fornecidos documentos fiscais com a descrição clara do produto, com todas as garantias previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

10.1 A Contratada deverá fornecer à Prefeitura Municipal de Canguçu - RS o histórico dos chamados registrados, contendo um relatório técnico detalhado do atendimento realizado, mencionando os parâmetros verificados, eventuais indícios de problemas futuros, as providências adotadas e as recomendações e orientações técnicas.

10.1.1 Este relatório deverá ser detalhados por:

- a) Período (dia, semana, mês, etc.);
- b) Equipamento, unidade (formado pelo conjunto de equipamentos alocados numa unidade);
- c) Local da manutenção (estabelecimento e município), a fim de acompanhar o histórico de manutenções realizadas em cada um deles;
- d) Peças, componentes, acessórios, materiais e serviços, a fim de acompanhar a evolução histórica de suas trocas e preços por equipamento, gerar estatísticas de vida útil por modelo de equipamento, estabelecimento e município em determinado período.
- e) Detalhamento de cada manutenção realizada por equipamento, contendo: data, identificação do estabelecimento, identificação do responsável que levou e/ou retirou o equipamento, identificação do(s) fiscal (is) que autorizou (aram) a operação, descrição das mercadorias ou serviços adquiridos, quantidade adquirida, tempo unitário;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONserto E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES

11.1 A empresa substituirá peças e componentes que impliquem em parada significativa dos sistemas, em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa assinada por seu Responsável Técnico e aprovada pela Contratante. Demais serviços serão executados e registrados em ordem de serviços e informados à Prefeitura via protocolo.

11.2 A substituição das peças e componentes deverá ser efetuada por itens originais de primeiro uso, não reconicionados, recomendados pelo fabricante e em concordância com as funcionalidades dos sistemas implantados, o equipamento substituído passará a compor o rol de Bens Patrimoniais desta Prefeitura (mesmo após o término do contrato) e o item defeituoso de propriedade da Contratante deverá ser entregue à fiscalização do contrato.

11.3 No caso de ser necessária a retirada de equipamentos para realização de manutenção em oficina especializada, a empresa deverá comunicar o fato, constatando e justificando a necessidade, para que a Contratante através do fiscal do contrato providencie a autorização para a retirada do equipamento. Verificado que o equipamento retirado não é mais possível de manutenção devido a avaria, deverá a contratada entregar o equipamento ao fiscal do contrato acompanhado de laudo técnico que descreve a incapacidade de conserto, visando que o Município possa dar baixa patrimonial. Passando o equipamento que havia sido instalado como backup para definitivo junto ao parque, já que o equipamento original sofreu baixa total. A empresa quando retirar as peças ou equipamentos que necessitam de reparos deverá providenciar a substituição imediata do objeto retirado para reparo, em igual funcionalidade e compatibilidade com o sistema, até o término dos reparos e instalação, sem ônus adicional para a Contratante.



11.4 A empresa arcará com as despesas decorrentes da retirada, manutenção, envio, devolução e reinstalação do equipamento submetido à manutenção corretiva em oficina especializada.

11.5 Com relação às áreas externas a Contratada deverá ser responsável por qualquer contratação excedente de serviços (caminhão muck, caminhão cesta, equipamentos de EPIs, etc.) cuja falta não poderá ser alegação para a não execução de qualquer dos serviços previstos no edital e demais anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ATENDIMENTO

12.1 A empresa CONTRATADA deverá fornecer atendimento à contratante via telefone ou sistema de atendimento ou ainda via e-mail que deverá ser previamente informado, onde o fiscal do contrato ou servidor da Brigada Militar realizará a abertura dos chamados de atendimento técnico quando houver necessidade. Se a empresa dispor de sistema de atendimento deverá disponibilizar treinamento para utilização garantindo que os usuários o saibam utilizar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS DE SUPORTE

13.1 A contratada, deverá implementar sistema de chamados e monitoramento e gerência de rede, que devam monitorar em tempo real o funcionamento dos equipamentos, câmeras, switches, rádios, servidores, estações de trabalho, caixa porta equipamento, devendo obrigatoriamente verificar o status de funcionamento, tráfego de dados, comunicação, consumo de banda e tempo de atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO TEMPO DE ATENDIMENTO E SOLUÇÃO

14.1 Para iniciar-se o atendimento efetivo do chamado, deverão ser considerados os seguintes tempos, conforme a classificação de criticidade abaixo definida:

Severidade do chamado	Item	Tempo
1	Informativo	Disponibilidade
		8 horas por dia 5 dias por semana
		Início do atendimento
2	Minoritário	Solução ou neutralização ¹
		24h úteis
		72h úteis
3	Crítico	Disponibilidade
		8 horas por dia 5 dias por semana
		Início do atendimento
4	Majoritário	Solução ou neutralização ¹
		12h úteis
		24h úteis
4	Majoritário	Disponibilidade
		8 horas por dia 5 dias por semana
		Início do atendimento
4	Majoritário	Solução ou neutralização ¹
		8h úteis
		24h úteis

OBS: (1) NEUTRALIZAÇÃO: Tempo para solução do chamado ou disponibilização de solução de contorno que neutralize o impacto ao Contratante. A solução final caso haja necessidade de neutralização deverá ser de no máximo 5 dias úteis após a neutralização.

14.2 Para garantia dos tempos de solução/neutralização é necessário que o Contratante disponibilize acesso remoto à rede (que deverá ser previamente informado e orientado pela contratada aos usuários do sistema como o fazer) e, no caso da necessidade de substituição de hardware, disponibilize condições de acesso ao local.

14.3 Em caso de não solução do problema nos prazos aqui definidos, a empresa a ser contratada ficará sujeita ao decréscimo de pagamento por hora, por equipamento indisponível, seja por diminuição da funcionalidade ou por paralisação do funcionamento.

14.4 Em caso de necessidade de troca de equipamentos danificados e que pertencem ao atual sistema de videomonitoramento da Contratante, a empresa a ser contratada deverá instalar equipamento com capacidade igual ou superior aos existentes, desde que compatíveis ao sistema.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DEFINIÇÃO DE SEVERIDADE PARA A REGULARIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

15.1 Deverá ser acionado o serviço de suporte e manutenção externa da empresa a ser contratada, perfazendo assim, o início para contagem do tempo, observando-se os níveis de severidade considerados no momento da abertura do chamado, conforme a tabela abaixo:

Evento		Definição
01	Informativo	Solicitações e consultas técnicas em geral
02	Minoritário	Indisponibilidade parcial de equipamento e/ou plataforma de gerência Indisponibilidade ou falha operacional da rede
03	Crítico	Indisponibilidade total ou de parte significativa da capacidade de tráfego da rede Indisponibilidade total de serviço de missão crítica
04	Majoritário	Indisponibilidade total de equipamento e/ou plataforma de gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratado, desde que, não exclua a responsabilidade integral da Contratada perante a Contratante quanto à qualidade técnica do serviço prestado, não constituindo, portanto, qualquer vínculo contratual ou legal da Contratante com a Subcontratada.

16.2 Havendo subcontratação fica obrigatório a entrega dos documentos de obrigação trabalhista e fiscal também da subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE BACKUP

17.1 Durante a vigência contratual, a Contratada deverá manter estoque de peças, materiais, componentes e equipamentos, determinadas neste edital e demais anexos, de forma que atenda todas as possíveis necessidades da solução de videomonitoramento e cercamento eletrônico.

17.2 Para a execução contratual dos serviços, as peças, materiais, componentes e equipamentos a serem disponibilizados deverão atender e serem compatíveis as especificações técnicas do projeto técnico já existente pelo Município, o qual, é parte integrante deste edital, sendo compatível para o perfeito funcionamento do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

18.1 O pagamento será realizado mensalmente até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho e a apresentação do relatório mensal constante na cláusula sexta (da descrição dos serviços de manutenção preventiva e corretiva).

33.2 O empenho deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento, correndo a despesa conforme a dotação orçamentária 3.3.90.39.05.00.00 FICHA 1757- Serviços Técnicos Profissionais.

33.3 Cabe ressaltar que o pagamento será condicionado à execução de cada item conforme apresentado na cláusula segunda deste contrato, ou seja, não havendo a conclusão de algum item o mesmo não será levado em consideração para pagamento no mês correspondente, serviços eventualmente interrompidos também não serão pagos pela contratante no mês de referência do pagamento.

33.4 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

33.5 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 – São obrigações do MUNICÍPIO:

a) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto licitado, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos;



b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

19.2 - São obrigações da CONTRATADA

- a) Executar o objeto licitado de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e seus anexos;
- b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços a serem prestados, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTRATO

20.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

20.2 Caso o objeto contratado não corresponda ao exigido no instrumento convocatório (edital e Anexos), a licitante vencedora deverá providenciar imediatamente a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de defesa do Consumidor.

20.3 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco.) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco.) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.5 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

20.6 Serão formalizadas tantos contratos quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

20.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

21.1 O presente contrato vigorará da data de 28 de Novembro de 2021, pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

22.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

22.2 As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.

22.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

24.1 O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico 72/2021**, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93, Lei 10520/2002, Decreto 10.024/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

24.1.1 Recurso livre.

Órgão	Ficha	Proj/Atividade	Elemento de despesa
Secretaria Municipal de Administração	1757	2345	3390.39.05.0000

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor Douglas Dutra Ferreira (Cargo – Fiscal de Trânsito e Transporte, matrícula 503029). Nomeada pela Portaria nº /2021

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

27.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 26 de Novembro de 2021.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
CONTRATANTE

DGT TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA

LUCAS SABINO
ARRUDA:83158
502020

Assinado de forma digital
por LUCAS SABINO
ARRUDA:83158502020
Dados: 2021.11.30
16:45:41 -03'00'



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FD72-5F85-7927-96E5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUCAS SABINO ARRUDA (CPF 831.XXX.XXX-20) em 30/11/2021 16:45:41 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 30/11/2021 18:24:12 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 01/12/2021 08:38:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/FD72-5F85-7927-96E5>